

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Norte”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuiabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, com término em maio de 2079, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

1.2 Concessões de terminais portuários

A Companhia participa, através de coligadas, da concessão de terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Coligadas		
Terminal XXXIX	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Portofer	Junho de 2025	Porto de Santos-SP

As coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários.

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Associadas:

A Companhia possui participação de 19,85% na Termag S.A. (19,85% em 2018), 9,92% na TGG S.A. (9,92% em 2018) na 49,62% no Terminal XXXIX S.A. (49,62% em 2018) e na Portofer 50,00% (50% em 2018). A Administração entende que existe influência significativa decorrente da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

b) Controle do Grupo:

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. ("Rumo"), que detém 99,74% do seu capital. A controladora final da companhia é a Cosan Limited, listada na Bolsa de Nova York, ou "NYSE" (ticker — CZZ).

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento desta demonstração financeira:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Certos montantes dos saldos comparativos na nota 6.2 – “Custos e despesas por natureza” e nota 6.4 – “Resultado financeiro” foram reclassificados para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras. Essas reclassificações tiveram impactos insignificantes na demonstração financeira da Companhia.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2020.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Prazo do arrendamento se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Notas 5.13.1 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas judiciais:** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

5.8 – Instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	723.657	1.944.763	723.657	1.944.763
Instrumentos financeiros derivativos	1.528.181	892.139	1.528.181	892.139
Total	2.251.838	2.836.902	2.251.838	2.836.902
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	(6.118.826)	(5.114.409)	(6.118.826)	(5.114.409)
Total	(6.118.826)	(5.114.409)	(6.118.826)	(5.114.409)

2.4 Mudanças significativas nas políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Outras novas normas são efetivas a partir desta data, mas não afetam materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores (a Companhia não possui transações relevantes como arrendador).

A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo:

(i) Na definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03 / IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos, às quais aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e o ICPC 03 / IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

(ii) No tratamento como arrendatária

A Companhia arrenda ativos, incluindo imóveis, infraestrutura ferroviária, portuária, material rodante (locomotivas e vagões), veículos e equipamentos de TI. Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia apresenta os valores contábeis dos ativos de direito de uso (incluindo ativos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros) em uma linha específica do balanço designada “Direito de uso”. Da mesma forma, registra os passivos em uma conta distinta chamada “Passivos de arrendamento”.

(iii) Política contábil significativa

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários contratos de arrendamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos. A maioria das opções de prorrogação e rescisão é exercível por ambos os participantes (arrendador e arrendatário).

(iv) Transição

Anteriormente a Companhia dispensava aos contratos de concessão de infraestrutura ferroviária e material rodante o mesmo tratamento dado aos arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 / IAS 17. Alguns contratos são ajustados por índices inflacionários como IGP-M ou IPCA.

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial – a Companhia aplicou esta abordagem aos seus arrendamentos de infraestrutura ferroviária e material rodante; ou
- Ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de qualquer pagamento antecipado ou acumulado do arrendamento – a Companhia aplicou esta abordagem a todos os outros arrendamentos.
- A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 / IAS 17:
- Aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses.
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.
- Utilizou percepção tardia ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato continha opções para estender ou rescindir o contrato de arrendamento.

Os arrendamentos classificados e registrados anteriormente como arrendamento financeiro conforme o CPC 06(R1) / IAS 17 tiveram o valor contábil do direito de uso do ativo e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e passivo de arrendamento imediatamente antes dessa data.

(v) Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos adicionais de arrendamento, reconhecendo a diferença em lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo:

	01/01/2019
Ativo não circulante	
Ativos de direito de uso	178.022
Total do ativo não circulante	178.022
Total ativo	178.022
Passivo circulante	
Passivos de arrendamento	6.795
Total passivo circulante	6.795
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	171.227
Total passivo não circulante	171.227
Total passivo	178.022

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 12,70% (taxa de juros incremental).

Além de registrar os ativos e passivos adicionais destacados no quadro anterior, a Companhia reclassificou: R\$668.093 do imobilizado (valor residual do direito de uso de ativos já registrados anteriormente como arrendamentos financeiros) que integra os custos dos respectivos direitos de uso.

Interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 / IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito do CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos a juros e penalidades associados a impostos incertos tratamentos.

A Companhia está sujeita a exame pelas autoridades fiscais, com os cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia possui fiscalizações em andamento em vários estágios de conclusão, uma das quais pode concluir dentro dos próximos 12 meses. Contudo, nesse momento, a Companhia não possui incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro.

Não foram identificados efeitos da adoção da interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 que afetassem as políticas contábeis da Companhia e essas demonstrações financeiras.

2.5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Certas normas novas e alterações às normas serão efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2020 e a aplicação antecipada é permitida; no entanto, a Companhia não adotou antecipadamente as seguintes novas normas ou alterações às normas na preparação destas demonstrações financeiras:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

As normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	(4.418)	-
Empréstimos e financiamentos	(5.548.728)	(4.968.371)
Derivativos de taxa de câmbio (<i>nocional</i>) ⁽ⁱ⁾	5.548.728	4.952.872
Passivo de arrendamento	(64.614)	-
	(69.032)	(15.499)

- (i) Estes saldos equivalem ao valor do *nocional* em Dólar convertido para R\$ pela taxa de 31 de dezembro de 2019.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2019, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras. Os cenários com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$ e R\$/E\$) de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável como segue:

Instrumento	Fator de risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Fornecedores	Flutuação do câmbio	31	(1.097)	(2.194)	1.097	2.194
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do câmbio	38.408	(1.377.580)	(2.755.160)	1.377.580	2.755.160
Derivativos de taxa de câmbio (nacional)	Flutuação do câmbio	(38.408)	1.377.580	2.755.160	(1.377.580)	(2.755.160)
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	447	(16.042)	(32.083)	16.042	32.083
Impactos no resultado do exercício		478	(17.139)	(34.277)	17.139	34.277

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2020. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável.

	31/12/2019	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	4,0307	4,0028	5,0035	6,0042	3,0021	2,0014

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

Exposição taxa de juros⁽ⁱ⁾	31/12/2019				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	40.523	10.131	20.261	(10.131)	(20.261)
Títulos e valores mobiliários	31.841	7.960	15.920	(7.960)	(15.920)
Caixa restrito	3.814	953	1.907	(953)	(1.907)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(98.776)	(24.695)	(49.388)	24.695	49.388
Debêntures privadas	33.761	8.440	16.881	(8.440)	(16.881)
Passivos de arrendamento	(27.920)	(2.635)	(5.270)	2.635	5.270
Derivativos de taxa de juros	75.730	(509.859)	(914.233)	509.859	914.233
Outros passivos financeiros	(2.138)	(534)	(1.069)	534	1.069
Impactos no resultado do exercício	56.835	(510.239)	(914.991)	510.239	914.991

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 4,40% a.a. e 4,57% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	4,40%	5,50%	6,60%	3,30%	2,20%
CDI	4,40%	5,50%	6,60%	3,30%	2,20%
TJLP	4,90%	6,13%	7,35%	3,68%	2,45%
IPCA	3,60%	4,50%	5,40%	2,70%	1,80%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	920.972	75.996
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	723.657	1.944.763
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	86.681	33.349
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	234.520	253.125
Debêntures privadas ⁽ⁱⁱ⁾	767.296	714.756
Recebíveis de partes relacionadas ⁽ⁱⁱ⁾	-	649.639
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	1.528.181	892.139
	4.261.307	4.563.767

(i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é o valor registrado.

(ii) O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2019
AA	773.696
AAA	2.485.796
Total	3.259.492

O risco de crédito de clientes é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2019				31/12/2018	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(968.975)	(655.078)	(5.485.753)	(3.016.707)	(10.126.513)	(10.354.897)
Fornecedores	(190.697)	-	-	-	(190.697)	(309.859)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(48.583)	-	-	-	(48.583)	(28.638)
Parcelamento de débitos tributários	(408)	(379)	(499)	(504)	(1.790)	(2.150)
Passivo de arrendamento	(192.796)	(145.223)	(366.033)	(226.943)	(930.995)	(814.418)
Dividendos a pagar	(1.169)	-	-	-	(1.169)	(1.169)
Instrumentos financeiros derivativos	92.784	48.713	802.911	524.096	1.468.504	846.130
	(1.309.844)	(751.967)	(5.049.374)	(2.720.058)	(9.831.243)	(10.665.001)

(i) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$48.583 (R\$28.638 em 31 de dezembro de 2018). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 6,33% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	101.540	100.565
Rumo Malha Sul S.A.	1.940	1.298
Rumo Malha Central S.A.	20.998	-
Raízen Combustíveis S.A.	1.040	493
Raízen Energia S.A.	238	17
Rumo S.A.	1.164	1.311
Brado Logística S.A	1.744	941
Elevações Portuárias S.A.	-	131
Outros	104	4.344
	128.768	109.100
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	500.000	300.000
Rumo Malha Sul S.A.	-	56.935
Outros	2.423	2.377
	502.423	359.312
Debêntures privadas		
Rumo S.A	767.296	-
	767.296	-
Ativo circulante	631.191	468.412
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	2.105.909	2.206.907
Portofer Transp. Ferrov. Ltda	-	122.723
Outros	4.115	3.465
	2.110.024	2.333.095
Mútuo		
Rumo Malha Sul S.A.	-	649.639
	-	649.639
Debêntures privadas		
Rumo S.A	-	714.756
	-	714.756
Ativo não circulante	2.110.024	3.697.490
Total ativo	2.741.215	4.165.902

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo		
Fornecedores		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	8.155	128.690
Rumo Malha Sul S.A.	5.409	57.631
Rumo Malha Paulista S.A.	21.940	19.700
Rumo S.A.	2.295	6.953
Brado Logística S.A	4.221	3.424
Raízen Combustíveis S.A.	16.979	14.078
Outros	5.398	2.152
	64.397	232.628
Debêntures privadas		
Rumo Malha Oeste S.A.	148.321	188.299
	148.321	188.299
Passivo circulante	212.718	420.927
Total passivo	212.718	420.927

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Raízen Energia S.A.	5.033	4.832
Raízen Combustíveis S.A.	12.807	12.882
Rumo Malha Paulista S.A.	205.151	256.088
Rumo Malha Sul S.A.	2.291	1.945
Brado Logística S.A.	18.747	22.195
Outros	119	1.148
	244.148	299.090
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(1.508.959)	(1.437.497)
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(102.811)	(103.966)
Rumo Malha Sul S.A. ^(iv)	(45.021)	(38.887)
Rumo S.A.	(15.870)	(12.000)
Outros	(5.658)	(4.305)
	(1.678.319)	(1.596.655)
Despesa compartilhada ^(v)		
Rumo Malha Sul S.A.	(82.685)	(117.639)
Portofer Transp. Ferrov.	(54.149)	(38.985)
Rumo S.A.	(8.352)	(15.022)
Outros	(9.901)	(5.379)
	(155.087)	(177.025)
Resultado financeiro		
Rumo Malha Oeste S.A.	(11.580)	(14.356)
Rumo Malha Sul S.A.	14.337	90.770
Rumo S.A.	52.540	51.691
	55.297	128.105

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 se refere principalmente à transporte cujas condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE – Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, a condições determinadas em processo de contratação aberto aos concorrentes.
- (iv) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.
- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio: número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado do exercício totalizou R\$15.156 em 31 de dezembro de 2019 (R\$12.703 em 31 de dezembro de 2018), sendo toda a remuneração classificada como benefícios de curto prazo.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	723.657	1.944.763
Instrumentos financeiros derivativos	1.528.181	892.139
	2.251.838	2.836.902
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	920.972	75.996
Contas a receber de clientes	234.520	253.125
Recebíveis de partes relacionadas	-	649.639
Debêntures privadas	767.296	714.756
Caixa restrito	86.681	33.349
	2.009.469	1.726.865
Total	4.261.307	4.563.767
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.726.621	2.894.369
Passivos de arrendamento	611.983	532.857
Fornecedores	190.697	309.859
Outros passivos financeiros	48.583	28.638
Dividendos a pagar	1.169	1.169
Parcelamento de débitos tributários	1.688	1.981
	2.580.741	3.768.873
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos e financiamentos	6.118.826	5.114.409
	6.118.826	5.114.409
Total	8.699.567	8.883.282

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	390	74
Aplicações financeiras	920.582	75.922
	920.972	75.996

As aplicações financeiras são compostas por:

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	920.582	75.922
	920.582	75.922

- (i) Operações com liquidez diária (compromisso de recompra por parte do banco) com taxa de juros atrelada a SELIC.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2019	31/12/2018
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	541.790	1.944.763
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	47.172	-
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	134.695	-
	723.657	1.944.763

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	86.681	31.254
Valores depositados em garantia	-	2.095
	86.681	33.349

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2019	31/12/2018
Cientes terceiros	120.042	157.908
Cientes partes relacionadas (4.1)	128.768	109.100
	248.810	267.008
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(14.290)	(13.883)
	234.520	253.125
Circulante	234.485	253.090
Não circulante	35	35
	234.520	253.125

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	78.689	130.290
Vencidas		
Até 30 dias	26.976	12.445
De 31 a 60 dias	54	412
De 61 a 90 dias	132	2.236
Mais de 90 dias	14.191	12.525
	120.042	157.908

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2018	(14.065)
Provisões	(7.352)
Reversões e baixas	7.534
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(13.883)
Provisões	(2.498)
Reversões e baixas	2.091
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(14.290)

5.5 Debêntures privadas

Em 6 de janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$10, totalizando R\$450.000 emitidas pela sua controladora como segue:

Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	31/12/2019	31/12/2018
Debêntures privadas - Rumo S.A. (Nota 4.1)	06/01/2015	450.000	06/01/2020	CDI+1,30% a.a	767.296	714.756

O saldo de atualização financeira em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$52.540 (R\$51.691 em 31 de dezembro de 2018).

5.6 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2019	31/12/2018	Vencimento final	Objetivo
	Indexador (i)	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
Finame (BNDES)	Pré-fixado	2,81%	62.025	80.630	jan/2024	Aquisição
Finem (BNDES)	Pré-fixado	8,47%	1.004.197	948.036	dez/2029	Aquisição
NCE	125% do CDI	-	-	646.024	-	Aquisição
	CDI + 0,80%	5,24%	512.078	514.817	dez/2023	Capital de giro
	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱ⁾	7,38%	3.339.444	3.085.576	fev/2024	Aquisição
	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5,88%	2.209.284	2.028.833	jan/2025	Aquisição
	CDI + 4,91% a.a.	-	-	15.499	jun/2019	Capital de giro
Bancos Comerciais			7.127.028	7.319.415		
Debêntures						
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68% ^(iv)	8,91%	570.098	-	fev/2026	Aquisição
	128 % do CDI	-	-	501.064	mar/2019	Capital de giro
Debêntures privadas	CDI + 1,30% a.a.	8,28%	148.321	188.299	nov/2020	Capital de giro
			718.419	689.363		
Total			7.845.447	8.008.778		
Circulante			483.878	494.125		
Não circulante			7.361.569	7.514.653		
			7.845.447	8.008.778		

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Essa dívida tem contratos de swap para 144,77% do CDI que representa uma taxa média de 8,62% a.a.
- (iii) Dívida com swap para 127% do CDI que representa uma taxa média de 7,84% a.a.
- (iv) Dívida com swap para 107% do CDI que representa uma taxa média de 6,48% a.a.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2019	31/12/2018
13 a 24 meses	172.896	353.586
25 a 36 meses	307.997	367.053
37 a 48 meses	545.166	502.347
49 a 60 meses	3.483.657	657.066
61 a 72 meses	2.384.039	3.188.572
73 a 84 meses	213.254	2.157.792
85 a 96 meses	97.443	83.575
A partir de 97 meses	157.117	204.662
	7.361.569	7.514.653

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2019	31/12/2018
Reais (R\$)	2.296.719	2.878.870
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	5.548.728	5.129.908
Total	7.845.447	8.008.778

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 5.8).

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Saldo em 01 de janeiro de 2018	6.919.710
Captações	2.411.640
Amortização de principal	(2.168.535)
Pagamento de juros	(501.051)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	1.347.014
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.008.778
Captações	662.655
Amortização de principal	(1.302.118)
Pagamento de juros	(475.709)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	951.841
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.845.447

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,83% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 183.232 (R\$ 342.079 em 31 de dezembro de 2018).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 5,94% e TJLP de 5,57%.

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2019, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 1.887.029 (R\$ 974.021 em 31 de dezembro de 2018).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“*Financial covenants*”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, os quais são medidos a nível do grupo. As principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida/ EBITDA $\leq 3,6x$ em dezembro de 2019	1,76
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado $\geq 1,70x$ em dezembro de 2019	7,19
Patrimônio líquido / Ativo total $\geq 0,25$ em dezembro 2019	0,26

Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas financeiras foram cumpridas.

5.7 Passivos de arrendamento

Política contábil:

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019

No exercício comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os passivos eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre valor justo do ativo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente.

Os compromissos enquadrados como outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

	Financeiro	Operacional	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018	888.248	-	888.248
Apropriação de juros	113.671	-	113.671
Amortização de principal	(335.829)	-	(335.829)
Pagamento de juros	(133.233)	-	(133.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	532.857	-	532.857
Reconhecimento inicial	-	178.022	178.022
Saldo em 01 de janeiro de 2019	532.857	178.022	710.879
Adições	-	13.693	13.693
Apropriação de juros e variação cambial	68.053	19.755	87.808
Transferências	-	(4.510)	(4.510)
Pagamento de principal	(103.801)	(14.617)	(118.418)
Pagamento de juros	(68.176)	(15.287)	(83.463)
Reajuste contratual	-	5.994	5.994
Saldo em 31 de dezembro de 2019	428.933	183.050	611.983
Circulante	96.584	38.241	134.825
Não circulante	332.349	144.809	477.158
	428.933	183.050	611.983

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2049 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2019
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	10.691
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	20.523
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	59
	31.273

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas (vedação imposta pela norma, por tratar a inflação futura como parcela variável do contrato). Nos casos em que a taxa incremental - uma taxa nominal - é usada como taxa de desconto, distorções relevantes podem ser geradas nas informações divulgadas, dada a realidade atual das taxas de inflação no ambiente econômico brasileiro (refletidas nas taxas de juros de longo prazo).

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, para prazos similares aos seus contratos, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% a 14,2% de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Contas	2019		
	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	183.050	188.801	4%
Direito de uso residual	171.389	178.899	3%
Despesa financeira	(18.151)	(19.392)	6%
Despesa de depreciação	(25.102)	(26.527)	7%

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 10.943.

5.8 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de materiais e serviços	170.051	289.257
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	19.515	14.689
Outros	1.131	5.913
Total	190.697	309.859
Fornecedores	126.300	77.231
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	64.397	232.628
	190.697	309.859

5.9 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *Hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 80% - 125% até 31 de dezembro de 2019 e 2018

Para proteger a exposição ao risco de câmbio a Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, e os dados são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	4.146.145	4.146.145	1.528.181	892.139
	4.146.145	4.146.145	1.528.181	892.139

A Companhia contratou operações de *Swap*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Hedge de valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

	Valor <i>nocional</i>	Valor contábil (R\$)		Rubrica no balanço patrimonial	Ajuste de valor justo	
		31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
NCE	(5.038.375)	(5.548.728)	(5.114.409)	Empréstimo, financiamentos e debêntures	(762.155)	(1.005.826)
Dívida	(5.038.375)	(5.548.728)	(5.114.409)		(762.155)	(1.005.826)
Swaps de câmbio e juros	5.038.375	1.468.503	892.139		541.942	730.734
Derivativo	5.038.375	1.468.503	892.139	Instrumentos financeiros derivativos	541.942	730.734
Total	-	(4.080.225)	(4.222.270)		(220.213)	(275.092)

5.10 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2019	31/12/2018
COFINS	109.268	131.697
PIS	66.080	54.032
ICMS ⁽ⁱ⁾	11.574	18.246
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	7.234	9.312
Outros	398	350
	194.554	213.637
Circulante	180.352	108.533
Não circulante	14.202	105.104
	194.554	213.637

- (i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.
- (ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.11 Adiantamento a fornecedores

O saldo dos adiantamentos a fornecedores da Companhia é composto por:

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1) ⁽ⁱ⁾	2.612.447	2.692.407
Total	2.612.447	2.692.407
Circulante	502.423	359.312
Não circulante	2.110.024	2.333.095
	2.612.447	2.692.407

(i) Os adiantamentos a fornecedores são referentes a partilha de fretes, com o cronograma de liquidação prevista em contrato.

5.12 Investimentos em associadas

Política contábil:

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do período de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas.

As associadas da Companhia estão listadas abaixo:

Coligadas (Equivalência patrimonial)	Participação direta e indireta	
	31/12/2019	31/12/2018
Termag S.A. (i)	19,85%	19,85%
TGG S.A. (i)	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%
Portofer	50,00%	50,00%

- (i) Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Abaixo estão os investimentos em associadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%
Portofer	100.503.066	50.251.533	50,00%

	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Termag S.A.	5.193	5.720	-	(5.699)	5.214
TGG S.A.	19.601	5.262	(6.616)	-	18.247
Terminal XXXIX S.A.	16.043	9.885	(1.523)	-	24.405
Portofer	44.671	-	-	(8)	44.663
Total	85.508	20.867	(8.139)	(5.707)	92.529

	Saldo em 01 de janeiro de 2018	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Termag S.A.	4.464	729	-	-	5.193
TGG S.A.	17.542	4.987	(2.928)	-	19.601
Terminal XXXIX S.A.	15.647	4.005	(3.609)	-	16.043
Portofer	44.690	-	-	(19)	44.671
Total	82.343	9.721	(6.537)	(19)	85.508

Informações financeiras de associadas:

Doze meses findos em 31/12/2019				
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Termag S.A.	275.215	249.166	26.049	25.552
Terminal XXXIX S.A.	217.311	34.849	182.462	46.611
TGG S.A.	61.560	12.745	48.815	17.710
Portofer	187.289	97.958	89.331	-

Doze meses findos em 31/12/2018				
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Termag S.A.	227.721	201.759	25.962	15.445
Terminal XXXIX S.A.	45.240	13.155	32.085	5.094
TGG S.A.	247.795	51.791	196.004	39.619
Portofer	335.368	246.024	89.344	-

5.13 Ativos imobilizados e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foi definida como unidade geradora de caixa o contrato de concessão. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas-chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.13.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i) / (ii)	Via Permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	111.412	171.083	3.499.868	2.460.172	382.169	10.684	6.635.388
Adições	-	-	-	-	579.562	-	579.562
Baixas	-	(4.021)	(49.923)	-	-	-	(53.944)
Transferências	135.337	82.287	325.726	126.274	(676.573)	571	(6.378)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	246.749	249.349	3.775.671	2.586.446	285.158	11.255	7.154.628
Transferências para direito de uso ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(130.000)	-	(888.404)	-	-	-	(1.018.404)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	116.749	249.349	2.887.267	2.586.446	285.158	11.255	6.136.224
Adições	-	-	1.780	-	860.190	-	861.970
Baixas	-	-	(47.560)	-	(272)	-	(47.832)
Transferências	10.694	49.121	348.915	104.390	(514.877)	1.209	(548)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	127.443	298.470	3.190.402	2.690.836	630.199	12.464	6.949.814
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(35.082)	(51.492)	(1.043.179)	(839.384)	-	(9.010)	(1.978.147)
Adições	(14.486)	(16.517)	(287.770)	(140.532)	-	(1.406)	(460.711)
Baixas	-	4.021	42.922	-	-	-	46.943
Transferências	-	-	4.598	-	-	871	5.469
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(49.568)	(63.988)	(1.283.429)	(979.916)	-	(9.545)	(2.386.446)
Transferências para direito de uso ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50.450	-	299.861	-	-	-	350.311
Saldo em 01 de janeiro de 2019	882	(63.988)	(983.568)	(979.916)	-	(9.545)	(2.036.135)
Adições	(18.719)	(23.470)	(297.074)	(150.461)	-	(598)	(490.322)
Baixas	-	-	47.214	-	-	-	47.214
Transferências	7.232	-	29.047	-	-	-	36.279
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(10.605)	(87.458)	(1.204.381)	(1.130.377)	-	(10.143)	(2.442.964)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	197.181	185.361	2.492.242	1.606.530	285.158	1.710	4.768.182
Saldo em 31 de dezembro de 2019	116.838	211.012	1.986.021	1.560.459	630.199	2.321	4.506.850

- (i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro;
- (ii) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, vagões e locomotivas no montante de R\$191.965, foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.6);
- (iii) Foram transferidos para direito de uso o montante de R\$ 668.093, onde R\$ 1.018.404 refere-se a custo e (R\$ 350.311) a depreciação acumulada devido a adoção da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$1.825 enquanto em 31 de dezembro 2018 não houve custo de empréstimos capitalizados.

5.13.2 Direito de uso

Política contábil:

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

No período comparativo, ativos relacionados a arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, chamados de arrendamentos financeiros, foram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre valor justo do ativo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

	Terrenos, edifícios	Vagões e locomotivas	Softwares	Máquinas, equipamentos e outros ativos	Total
Valor de custo:					
Reconhecimento inicial a norma CPC 06 (R2) / IFRS 16	92.161	6.619	66.931	12.311	178.022
Transferências do imobilizado ⁽ⁱ⁾	130.000	888.404	-	-	1.018.404
Saldo em 01 de janeiro de 2019	222.161	895.023	66.931	12.311	1.196.426
Adições	12.689	1.004	-	-	13.693
Transferências	-	27	-	-	27
Reajuste contratual	5.103	366	-	525	5.994
Saldo em 31 de dezembro de 2019	239.953	896.420	66.931	12.836	1.216.140
Amortização:					
Transferências do imobilizado ⁽ⁱ⁾	(50.450)	(299.861)	-	-	(350.311)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(50.450)	(299.861)	-	-	(350.311)
Adições	(10.275)	(2.294)	(7.594)	(153)	(20.316)
Transferências	(7.233)	(29.046)	-	(6.004)	(42.283)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(67.958)	(331.201)	(7.594)	(6.157)	(412.910)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	171.711	595.162	66.931	12.311	846.115
Saldo em 31 de dezembro de 2019	171.995	565.219	59.337	6.679	803.230

- (i) O montante refere-se a transferências de arrendamentos financeiros anteriormente registrados na rubrica de imobilizado, conforme demonstrado na Nota 5.13.1 de imobilizado (custo e depreciação acumulada).

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.271.784	1.036.113
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(432.407)	(352.278)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Equivalência patrimonial	7.095	3.305
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	178.609	50.036
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	306	278
Efeito de amortização do direito de concessão	10.079	10.079
Outros	49.167	4.488
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(187.151)	(284.092)
Taxa efetiva - %	-14,72%	-27,42%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais	-	26.132
Base negativa de contribuição social	-	8.912
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	10.076	11.354
Provisão para perda ao valor recuperável	4.684	8.586
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	4.859	4.720
Provisão para não realização de impostos	27.519	24.654
Provisão para participação nos resultados	10.359	3.625
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	144.392	136.006
Ajuste valor justo sobre a dívida	151.914	57.298
Diferenças temporárias sobre outras provisões	(1.367)	14.148
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	65.705	-
Outros	45.653	47.084
Tributos diferidos - Ativos	463.794	342.519
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	-	(47.111)
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Arrendamento mercantil	(83.856)	(74.932)
Resultado não realizado com derivativos	(522.733)	(306.479)
Tributos diferidos - Passivos	(606.589)	(381.411)
Total de tributos diferidos	(142.795)	(86.003)
Diferido passivo	142.795	86.003

- (i) A Companhia optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019.

c) Movimentações no imposto diferido

Saldo em 01 de janeiro de 2018	175.904
Resultado	(262.256)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	264
Passivo atuarial	85
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(86.003)
Resultado	(56.819)
Passivo atuarial	27
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(142.795)

d) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Imobilizado	Créditos não registrados	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018	66.802	2.754	64.208	124.031	(47.111)	(108.173)	102.511
(Cobrado) / creditado							
do resultado do exercício	(31.758)	785	(746)	11.975	-	154.994	135.250
dos outros resultados abrangentes	-	85	-	-	-	264	349
Saldo em 31 de dezembro de 2018	35.044	3.624	63.462	136.006	(47.111)	47.085	238.110
(Cobrado) / creditado							
do resultado do exercício	(35.044)	6.707	(17.691)	8.386	47.111	(1.432)	8.037
dos outros resultados abrangentes	-	28	-	-	-	-	28
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	65.704	65.704
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	10.359	45.771	144.392	-	111.357	311.879

ii. Impostos diferidos passivos

	Resultado não realizado com derivativos	Passivos de arrendamentos	Ajuste a valor justo da dívida	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018	143.539	(94.001)	23.855	73.393
(Cobrado) / creditado				
do resultado do exercício	(450.018)	19.069	33.443	(397.506)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(306.479)	(74.932)	57.298	(324.113)
(Cobrado) / creditado				
do resultado do exercício	(216.254)	(8.924)	94.617	(130.561)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(522.733)	(83.856)	151.915	(454.674)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e 2018 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

Provisão para demandas judiciais		
	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	75	11
Cíveis, regulatórias e ambientais	3.826	5.290
Trabalhistas	22.660	25.184
	26.561	30.485

Depósitos judiciais		
	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	2.603	2.338
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.787	1.288
Trabalhistas	29.323	24.554
	33.713	28.180

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018	-	15.325	23.517	38.842
Provisionados no exercício	13	961	9.846	10.820
Baixas por reversão ou pagamento	(2)	(5.861)	(11.028)	(16.891)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	-	(5.135)	2.849	(2.286)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11	5.290	25.184	30.485
Provisionados no exercício	59	544	11.202	11.805
Baixas por reversão ou pagamento	-	(1.859)	(17.200)	(19.059)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	5	(149)	3.474	3.330
Saldo em 31 de dezembro de 2019	75	3.826	22.660	26.561

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	658.198	294.709
Cíveis, regulatórias e ambientais	117.935	100.251
Trabalhistas	63.042	55.190
	839.175	450.150

- Tributárias:**

	31/12/2019	31/12/2018
Multa isolada tributo federal ⁽ⁱ⁾	15.859	-
ICMS ⁽ⁱⁱ⁾	417.399	159.524
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	90.060	91.908
PIS/COFINS ^(iv)	89.689	-
Plano de opção de compra de ações ^(v)	10.117	9.765
Outros	35.074	33.512
	658.198	294.709

- (i) A Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTO (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.
- (ii) Os fiscos estaduais autuaram as malhas pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.

O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea.

- (iii) No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

- (iv) A Receita Federal autuou a Rumo Malha Paulista pela não tributação pelo PIS e COFINS das receitas de tráfego mútuo e direito de passagem faturadas contra a Companhia. A chance de perda é considerada como possível tendo em vista que o tributo já foi recolhido pela concessionária responsável pelo transporte na origem.

As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo relativas aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa.

- (v) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis ⁽ⁱ⁾	31.901	27.675
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	3.740	1.443
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	82.294	71.133
	117.935	100.251

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abalroamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

• **Trabalhistas:**

	31/12/2019	31/12/2018
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	63.042	55.190
	63.042	55.190

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

5.16 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é constituído por 1.189.412.363 ações, sendo 1.107.698.070 ações ordinárias nominativas, 76.088.610 ações preferenciais nominativas “A” e 5.625.683 ações preferenciais nominativas “B”. As ações preferenciais “A” não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais “B” tem os mesmos direitos das ações “A”, exceto pelos dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Rumo S.A.	1.106.992.704	99,94%	76.705.851	93,87%
Fundo Invest da Amazonia Finam	-	0,00%	4.173.066	5,11%
Uniao Com. E Participações LTDA	-	0,00%	737.396	0,90%
Banco do Brasil S.A	705.365	0,06%	-	0,00%
Imprensa Oficial Est. S. A. Iresp.	-	0,00%	97.980	0,12%
Sergio Feijão Filho	1	0,00%	-	0,00%
Total de ações em circulação	1.107.698.070	100,00%	81.714.293	100,00%

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Essas são transações de capital com os sócios.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia destinou o montante de R\$ 54.232 (R\$ 37.601 em 31 de dezembro de 2018).

d) Incentivos fiscais – SUDAM

Política contábil

Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido.

Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de dezembro de 2019 sobre o lucro da exploração foi de R\$178.609 (R\$ 50.036 em 31 de dezembro de 2018).

e) Dividendos

Em 25 de abril de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos, mediante a lucros acumulados no montante de R\$ 479.533.

Em 20 de agosto de 2019, foi aprovada em Conselho de Administração a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$ 340.000 referente ao exercício de 2019.

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta na venda de serviços	4.233.201	3.971.932
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(97.688)	(125.839)
Receita operacional líquida	4.135.513	3.846.093

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2019	31/12/2018
Transporte de carga e acessórios	4.111.564	3.621.777
Outros	23.949	224.316
Receita operacional líquida	4.135.513	3.846.093

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Material de uso e consumo	(82.179)	(68.516)
Despesa com pessoal	(283.008)	(237.832)
Depreciação e amortização	(509.794)	(460.711)
Despesas com serviços de terceiros	(37.451)	(42.497)
Despesas com transporte e elevação	(1.589.381)	(1.457.297)
Arrendamentos de curto prazo e pequeno valor	(31.273)	(3.030)
Outras despesas	(19.004)	(53.428)
	(2.552.090)	(2.323.311)
 Custo dos serviços prestados	 (2.412.436)	 (2.226.773)
Despesas comerciais	(4.328)	(665)
Despesas gerais e administrativas	(135.326)	(95.873)
	(2.552.090)	(2.323.311)

6.3 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	31/12/2019	31/12/2018
Efeito líquido das demandas judiciais	(9.763)	(7.855)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	1.597	30.623
Créditos fiscais extemporâneos	9.948	-
Outros	(5.422)	(7.828)
	(3.640)	14.940

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(800.912)	(715.217)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(191.946)	(634.760)
Resultado com derivativos e valor justo	596.936	740.225
Amortização do gasto de captação	(15.679)	(34.951)
Fianças e garantias sobre dívidas	(5.732)	(12.582)
	(417.333)	(657.285)
Rendimentos de aplicações financeiras	96.066	109.579
	96.066	109.579
Custo da dívida, líquida	(321.267)	(547.706)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	82.370	159.793
Passivos de arrendamento	(70.296)	(78.491)
Despesas bancárias e outros	(4.326)	(19.325)
Certificado de recebíveis imobiliários	-	(4.908)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(5.648)	(433)
Variação cambial e derivativos	(299)	(1.418)
Juros sobre outras obrigações	(9.400)	(18.842)
	(7.599)	36.376
Resultado financeiro, líquido	(328.866)	(511.330)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(911.992)	(884.748)
Receitas financeiras	178.435	269.371
Variação cambial	(192.212)	(636.178)
Derivativos	596.903	740.225
Resultado financeiro, líquido	(328.866)	(511.330)

6.5 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2019	31/12/2018
Numerador		
Resultado líquido do exercício	1.084.633	752.021
Por ação ordinária	1.003.696	695.904
Por ação preferencial " A " (incluso remuneração adicional de 10%)	75.839	52.583
Por ação preferencial " B "	5.097	3.534
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.107.698	1.107.698
Média ponderada de número de ações preferencial " A "	76.089	76.089
Média ponderada de número de ações preferencial " B "	5.626	5.626
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	0,90611	0,62824
Por ação preferencial " A "	0,99671	0,69107
Por ação preferencial " B "	0,90611	0,62824